

# Diário da Assembléia

Nº 2.442

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 17-DE ABRIL DE 1970

ANO IX

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN .....  
ARTHUR DE SOUZA .....  
DAVID FEDERMANN .....  
GABRIEL MANOEL .....  
HAROLDO BIANCHI .....  
OLIVIO BELICH .....  
LEOPOLDO JACOMEL .....  
ABRAHÃO MIGUEL .....  
AGNALDO PEREIRA LIMA .....  
ALENCAR FURTADO .....  
AMADEU PUPPI .....  
ANTONIO LOPES JÚNIOR .....  
ARMANDO QUEIROZ .....  
ARNALDO BUSATO .....  
EMÍLIO CARAZZAI .....  
ERONDY SILVEIRO .....  
EURICO ROSAS .....  
FABIANO BRAGA CÔRTEZ .....  
FUAD NACLI .....  
IGO LOSSO .....  
IVO TOMAZONI .....  
JOÃO MANSUR .....  
JORGE SATO .....  
LUIZ CRUZ .....  
LUIZ MALUCELLI .....  
NELSON BUFFARA .....  
OLAVO FERREIRA .....  
OLIVIR GABARDO .....  
OVIDIO FRANZONI .....  
PAULO CAMARGO .....  
PAULO POLI .....  
PINTO DIAS .....  
ROBERTO GALVANI .....  
ROBERTO WYPYCH .....  
SEME SCAFF .....  
SÍLVIO BARROS .....  
TÚLIO VARGAS .....  
WILSON FORTES .....

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin  
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza, 2.º Vice-Presidente: David Federmann, 1.º Secretário: Gabriel Manoel, 2.º Secretário: Ovidio Franzoni, 3.º Secretário: Olivio Belich, 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel

#### COMISSÕES TÉCNICAS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)  
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas  
M.D.B.: Nelson Buffara  
Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi  
M.D.B.: Olivir Gabardo — Sílvio Barrós  
Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira  
Reuniões: Quartas-feiras

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)  
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:  
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado  
Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior  
Reuniões: Quintas-feiras

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)  
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:  
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni  
M.D.B.: Sílvio Barros  
Secretário: José do Canto Filho  
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)  
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

#### Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmem Aparecida Fregonese

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima

#### Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE — Igo Lossó (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

#### Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

#### Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

#### Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

#### Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Eurico Rosas

#### Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

#### Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

#### Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 155-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.114-70, de 5 de março de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4.979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Lúcia Zuck Lantieri, ocupante do cargo de nível PL "8", da carreira de Servente, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 156-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.178-70, de 11 de março de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4.979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Edison Heibel, ocupante do cargo de nível PL "19", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1967, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 157-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.038, de 3 de março de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Irani Carlini, ocupante do cargo de nível PL "17", da carreira de Escrevente Datilografado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, a partir de 6 de fevereiro de 1970, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez (10) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 158-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 794-70, de 19 de fevereiro de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Elias Pereira, ocupante do cargo de nível PL "9", da carreira de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, a partir de 23 de janeiro de 1970, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 159-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.042-70 de 4 de março de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Paulo de Tarso Oliveira Abbas, ocupante do cargo de nível PL "19", da carreira de Auxiliar de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, a partir de 2 de fevereiro de 1970, data em que completou cinco (05) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 160-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o processo protocolado sob o n.º 1.042-70, de 5 de março de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Célia Fabelino de Souza, ocupante do cargo de nível PL "17", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, a partir de 8 de maio de 1967, data em que completou cinco (5) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 161-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.042-70 de 3 de março de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Samuel Ferreira Sampaio, ocupante do cargo de nível PL "19", de Auxiliar de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, a partir de 24 de fevereiro de 1970, data em que completou cinco (5) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 13 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 162-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.629, de 7 de abril de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

nomear Gilson Benedito de Lira Manoel, para exercer o cargo de provimento em Comissão, de Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria, percebendo a gratificação correspondente ao símbolo 1-C, a partir de 1.º de abril de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 14 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 163-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.629 de 7 de abril de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem no Gabinete da 1.ª Secretaria as seguintes funções, percebendo gratificação de função a partir de 1.º de abril do corrente ano:

- Gilson Benedito de Lira Manoel — Chefe de Gabinete (1-F)  
 Sérgio Manoel Popplade Cereal — Oficial de Gabinete (3-F)  
 Severo Olimpio Sotte Maior — Oficial de Gabinete (3-F)  
 Armando Seichi Iwata — Oficial de Gabinete (3-F)  
 Alcides Zonato — Auxiliar de Gabinete (6-F)  
 Boanerges Menezes Caldas — Auxiliar de Gabinete (6-F)  
 Carlos Augusto Fernandes — Auxiliar de Gabinete (6-F)  
 Casemiro Marques — Motorista (6-F)  
 Raul Zipperer — Motorista (6-F)

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 14 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 164-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.629 de 7 de abril de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem no Gabinete da 1.ª Secretaria as seguintes funções, percebendo gratificação de representação, a partir de 1.º de abril do corrente ano:

- Gilson Benedito de Lira Manoel — Chefe de Gabinete  
 Oswaldo Marques — Assessor  
 Francisco Accioly R. da Costa Neto — Assessor  
 Sérgio Manoel Popplade Cereal — Oficial de Gabinete  
 Severo Olimpio Sotte Maior — Oficial de Gabinete  
 Armando Seichi Iwata — Oficial de Gabinete  
 Carlos Augusto Fernandes — Auxiliar de Gabinete  
 Alcides Zonato — Auxiliar de Gabinete  
 Boanerges Menezes Caldas — Auxiliar de Gabinete

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 14 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 165-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.601 de 6 de abril de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem no Gabinete da 2.ª Secretaria as seguintes funções, percebendo gratificação de função a partir de 1.º de abril do corrente ano:

- José Guilherme Figueiras — Oficial de Gabinete (3-F)  
 Adel Metring P. Espinola — Oficial de Gabinete (3-F)  
 João Maria J. C. Araújo — Oficial de Gabinete (3-F)

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 14 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente  
 b) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 166-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.601 de 6 de abril de 1970, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem no Gabinete da 2.ª Secretaria as seguintes funções, percebendo gratificação de representação, a partir de 1.º de abril de 1970:

- Ihor Baranjiuk — Assessor  
 Raimundo C. Capela Pich — Assessor



Gerson Evangelista Passos — Assessor  
 José Guilhermino Pilguezas — Oficial de Gabinete  
 Adel Metring F. Espinola — Oficial de Gabinete  
 João Maria J. C. Araújo — Auxiliar de Gabinete  
 Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1970.  
 a) Francisco Escorsin — Presidente  
 a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
 a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 17.ª Sessão Ordinária Realizada em 17 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Roberto Galvani.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olavo Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Bufara, Olavo Ferreira, Olvíir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff e Silvio Barros (33); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados Fuad Nacli, Paulo Poli, Túlio Vargas e Wilson Fortes (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é observada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E :**

#### OFÍCIOS:

Sob o n. 27-70, do senhor Governador do Estado, comunicando que em data de 19 do mês próximo passado, sancionou o seguinte Projeto de Lei:

399-68: Do senhor deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública, a Associação ao Psicopata do Paraná, com sede na Capital do Estado, o qual convertido em Lei tomou n. 6.089, — **Agradeça-se.**

Sob o n. 230, do senhor Ary Florenço Guimarães, Procurador Geral da Justiça, encaminhando proposição aprovada por votação unânime no Conselho Superior do Ministério Público, a propósito da previsão de custas aos membros do Ministério Público de superior instância. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob n. 66-70, do senhor deputado Pedro Golin, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, comunicando a esta Casa, haver sido eleita e empossada a nova Diretoria daquela Assembleia. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob n. 196-70, do senhor Engenheiro Joaquim Fachado Junqueira, Diretor Geral do Departamento de Edificações e Obras Especiais, convidando a Presidência desta Casa para as solenidades de inauguração do novo prédio próprio daquele órgão. — **Ao conhecimento do sr. Presidente.**

Sob n. 18-70, do senhor Aureo Zempronio, Prefeito Municipal de Ubatã, comunicando sua investidura naquele cargo. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Do sr. Otto Augusto Back, Presidente da Câmara Municipal de Manoel Ribas, comunicando a esta Casa, haver sido eleita e empossada a Nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo Municipal. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 147-70, do senhor Daniel Prócoma, Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, comunicando haver sido consignado na Ata dos trabalhos daquela Casa, um voto de regozijo de autoria do senhor vereador Ayrton Prócoma, quando da escolha do senhor deputado Francisco Escorsin, para presidir esta Casa de Lei, extensivos aos demais membros da Mesa. — **Ao conhecimento da Casa e do sr. Presidente.**

Do senhor Nicanor Ferreira de Mello, Prefeito Municipal de Nova Fátima, cumprimentando ao senhor deputado Francisco Escorsin, pela sua investidura, na Presidência desta Casa de Lei. — **Ao conhecimento do sr. Presidente.**

Da Diretoria da Associação Médica do Paraná, convidando a Presidência desta Casa, para o banquete de encerramento do Simpósio sobre a Ação Antifágica da Hidroxocobalamina. — **Ao conhecimento do sr. Presidente.**

Do senhor Horatino Bilibio, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, comunicando esta Casa que em data de 3-3-70, foi eleita e empossada a Nova Mesa que regerá os trabalhos daquele Poder Legislativo durante o corrente ano. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

#### TELEGRAMAS:

Telegrama: Do senhor Ministro Amariho Benjamin, Presidente do Tribunal Federal de Recursos, nos seguintes termos: Estou recebendo cópia autêntica de requerimento sr. deputado Roberto Wypych, justa reivindicação Paraná Supremo Tribunal pt. Corais cumprimentos pt. — **Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.**

Telegrama: Do senhor Benedito Moreira, Prefeito Municipal de Camborá, cumprimentando ao senhor Deputado Francisco Escorsin, pela sua investidura, na Presidência deste Poder, bem como aos demais membros da Comissão. — **Ao conhecimento do sr. Presidente e da Casa.**

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 34-70.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

Requer a consignação em Ata de um voto de louvor pela dedicação funcional e de aplausos pela solidariedade emprestada à campanha de aumento do contingente eleitoral, por parte da Juíza Doutora Conchita Toniolo, da Comarca de Rio Negro, e pelo Representante do Min. Público, Doutor Hellyo Passos Santana. Demonstrando atividade e dedicação fora do comum, os alvos da proposição parlamentar, além de esforço votado à solução dos problemas forenses, evidenciam louvável empenho no apoio ao apelo da Secretaria do Interior e Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral, visando o incremento da qualificação eleitoral do Estado. Como exemplo dignificante da dedicação revelada, cita-se o fato da Juíza deslocar-se da sede de suas atividades, todas as semanas, para o interior, participando ativamente e de forma incentivadora para o êxito da campanha, sem medir sacrifícios, irradiando otimismo contagiante, ponderada, mas enérgica quando preciso, a Doutora Conchita Toniolo, em pouco tempo, conseguiu conquistar a admiração e o respeito do povo, quer pela judiciosidade das suas decisões, quer pela personalidade marcante que a destaca como empreendedora e incansável, no que é muito bem secundada pelo Doutor Promotor Público. Plén. Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro, com um colégio eleitoral de 11.000 alistados, pelas previsões possibilitadas pelo entusiasmo que os homenageados souberam despertar, tal número deverá sofrer acréscimo superior a 3.000.

Pelos motivos invocados e com merecido estímulo, a proposição está mais do que suficientemente justificada, motivo por que o signatário, confiante em sua aprovação, requer seja a Decisão da Casa comunicada ao exmo. sr. Presidente do Tribunal de Justiça, ao exmo. sr. Secretário do Interior e Justiça, ao sr. Procurador Geral do Estado, com solicitação para que a honraria recebida seja consignada nos assentamentos funcionais dos homenageados, clientes os nominados da iniciativa aprovada por esse Poder.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1970.

(a) Olívio Belich

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

Requer a inserção em Ata de voto de merecido louvor aos doutores Eraldo Macedo, Gilberto Cascato de Moraes e Luiz Humberto de Lima Pedrosa, extensivos às colaboradoras eficientes e prestativas Izaira Mariel e Joana Scheremeta Bayer. O primeiro nominado, exercendo o cargo de Diretor de Departamento Estadual da Criança, elogiavelmente assessorado pelos dois outros referidos e contando com a dedicação feminina ressaltada, soube constituir uma equipe de trabalho dinâmica, compreensiva, dedicada e com espírito humanitário admirável, capaz de situar o Departamento Estadual da Criança como um dos mais empreendedores do Estado, onde impera a liberdade no trato, a boa vontade na solução dos problemas surgidos e a nitida compreensão das funções exercidas, a ponto da dedicação e o carinho voltado à criança superar as deficiências naturais de um organismo público.

Pela justificativa apresentada, justíssima é a proposição, motivo por que o requerente considera aprovada, solicitando que a decisão da Casa seja comunicada aos homenageados, ao exmo. senhor Governador do Estado e ao exmo. sr. Secretário de Saúde, para conhecimento da atuação de tão dedicados e capacitados colaboradores da grandeza de uma administração e para que o oportuno pronunciamento da Casa seja registrado em seus assentamentos funcionais.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1970.

(a) Olívio Belich

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após pronunciamento do Plenário, respeitosamente...

Requer, em manifestação pessoal e atendendo apelo de Comissão de Vereadores e habitantes de Quitandinha, o encaminhamento de sugestão-apelo ao sr. Presidente da "TELEPAR", no sentido de instalação de um posto telefônico, na mencionada cidade. Como justificativa, após situar Quitandinha a 40 kms, aproximadamente, de Rio Negro e 25 kms. de Contenda, com população estimada em 14.000 habitantes, dos quais 3.000 são eleitores, esclarece que a cidade, pela densidade populacional, pela expansão comercial, pois conta com seis depósitos de cereais, doze casas do comércio, farmácia, grande e conceituado restaurante, comporta sobejamente o benefício pleiteado, necessário e até indispensável no período em que situações de emergência exigem comunicações imediatas. Compreendendo o empenho do Governo Estadual no aprimoramento do serviço de telecomunicação, considera o signatário oportuna a lembrança da situação caótica em que se encontra Quitandinha, certo do que o problema da cidade será prontamente solucionado, graças à compreensão e dinamismo do engenheiro e homem-público dr. Ivo Arzu.

Aprovado o requerimento, solicita o autor seja enviada cópia deste requerimento a Telepar e à Câmara Municipal de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1970.

(a) Olívio Belich

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Roberto Wypych.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A política desenvolvida pelo nosso Governo no setor do ensino superior vem, sob o comando do governador Paulo Pimentel, atendendo aos mais altos interesses das diferentes regiões do nosso Estado. Ainda no ano passado vimos criadas as Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e a Faculdade de Guarapuava. O Paraná, sr. Presidente, srs. Deputados, está praticamente atendido no setor do ensino superior; o Norte, o Sul, o Centro e a Capital; apenas o Oeste do nosso Estado, sr. Presidente, carece de uma escola superior. Por isso, srs. Deputados, há alguns meses passados levamos para lá o então superintendente do Ensino Superior do Estado, dr. Ubiratan Macedo, para que auscultasse, da população, a grande reivindicação e síntese, "in loco", as reais condições que o Oeste oferece para a criação e a instalação, ali de uma escola de ensino superior.

De fato, sr. Presidente, com a presença daquela autoridade em Cascavel, centro da região Oeste do Paraná, foi constituída uma comissão com-

posta dos nomes de vários elementos locais, entre os quais cito o do prefeito municipal Octávio Mion, de Cascavel, do vereador Luiz Picolo; professor Juracy Ferraz, diretor do Colégio Estadual de Cascavel, Osmar Zanghermann, do presidente do Legislativo municipal, vereador Odiralho Brühn, além do Presidente da entidade que congrega os estudantes secundários em Cascavel, diretores dos diversos estabelecimentos de ensino.

A constituição desta comissão, que também contou com a inclusão do nosso nome, teve por finalidade a confecção de um processo inicial a ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, através da Superintendência do Ensino Superior do Estado, contendo um levantamento sócio-econômico do Oeste do Paraná.

Pois bem, sr. Presidente, srs. Deputados. Esse levantamento está praticamente concluído, e será em breve remetido ao Conselho de Educação. As informações referentes ao atual estágio de desenvolvimento sócio-econômico da região, que tem por centro a cidade de Cascavel, bem como as perspectivas de expansão a curto, médio e longo prazo, são as mais expressivas, e bem dizem da necessidade urgente em se criar e instalar no Oeste do Paraná, cursos de ensino superior, talvez congregados através de uma Federação de Escolas Superiores, onde teríamos uma Escola de Filosofia, tendo, anexos um Instituto de Geo-Ciências e uma Escola de Agronomia.

Vejam, sr. Presidente e srs. Deputados, pelo levantamento feito pela comissão, só na cidade de Cascavel possuímos quase duas centenas de escolas municipais, algumas estaduais, dez Ginasios, duas Escolas Normais, seis cursos colégiais, três escolas de dactilografia, quatro internatos, quatro bibliotecas. O importante, sr. Presidente, é o número de alunos que possuímos na cidade de Cascavel. Hoje estamos com 12 mil alunos matriculados em cursos primários, somados em todo o município. Estudados com 2.295 alunos matriculados no primeiro ciclo secundário, com 816 alunos matriculados no 2º ciclo, secundário, e 445 estudantes, sr. Presidente, já concluíram o 2º ciclo e se encontram em Cascavel no aguardo da instalação e fundação de uma escola superior. Possuímos 281 professores municipais e grande é o número de professores com curso superior lá residentes, juntando-se os formados deste ano em todos os municípios do Oeste do Paraná teremos aproximadamente dois mil alunos, ao fim deste ano, prontos para frequentarem escolas de nível superior. Cascavel, sr. Presidente, é uma cidade pujante, uma cidade centro de uma região importante. Cascavel possui 162 indústrias, 1.072 casas de comércio variado; possuímos 10 agências bancárias entre as quais a do Banco do Brasil, do Estado do Paraná, do Banco Sotomaior, do Banco Mercantil e Industrial do Paraná, do Banco Mercantil e Industrial de Minas Gerais, do Banco Comercial do Paraná, do Banco da Bahia, da União dos Bancos Brasileiros, do Itaú, e breve deveremos ter, em Cascavel, Banco Federal do Comércio, e Caixa Econômica Federal. A região possui, a Região Oeste do Paraná, 1.124 indústrias e 5 mil 688 casas de comércio variado. Só a cidade de Cascavel possui 53 hotéis e a região muito mais, pois se encontra hoje com 198 hotéis. Cascavel possui nestes 13 hotéis, 739 quartos e 230 apartamentos em condições, portanto, para receber o turista e o forasteiro que nos honrarem com a sua visita. Mas, ainda Cascavel, em breve terá um moderno aeroporto com duas pistas asfaltadas, 80 metros de largura uma, com 1.400 metros para aterrissagem e outra com 2.200 metros para decolagem.

Veja, sr. Presidente, a pujança da cidade de Cascavel. Tudo isto aliado com uma Faculdade de Ensino Superior, nos fará como que um povo realizado. Não se trata, portanto, apenas de uma aspiração municipal de Cascavel. Mas de toda uma vasta região do Oeste e também do Sudoeste, consequência muito natural do forte índice de desenvolvimento regional registrado sobretudo nestes últimos dois anos, e não resta mais dúvida, sr. Presidente, que se trata de uma região justamente de atendimento necessário, mesmo considerado apenas pela expressão econômica e política, já assumida pela comunidade cascaevense em nosso Estado.

A instalação de uma escola ou escolas superiores em Cascavel, atenderá a uma vasta região compreendendo os municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Terra Roxa do Oeste, Guaiara, Poz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelandia, Cêro-Azul, Assis Chateaubriand, Leomidas Marques, Formosa do Oeste, Corbélia, Gauramaçu, Catanduvas, Nova Aurora, Laranjeiras do Sul, Sta. Helena, além dos municípios do Oeste do Estado.

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queremos, nesta oportunidade, nos solidarizar inteiramente com o pronunciamento de V. Exa. V. Exa. pede uma escola de ensino superior, não apenas para Cascavel, mas para o Paraná e para o Brasil; será para Capital do Oeste Paranaense, que está a necessitar, e muito, de um estabelecimento de Ensino Superior, principalmente de uma Escola de Filosofia que venha a formar os futuros mestres para os colégios que deles necessitarem.

Porisso, parabéns, nobre deputado Roberto Wypych; V. Exa. tem a nossa solidariedade e o nosso apoio. Muito obrigado.

O sr. ROBERTO WYPYCH — Muito obrigado pelo brilhante aparte do nobre deputado Antônio Lopes Júnior.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Roberto Wypych. Não podemos deixar de reconhecer que a liderança de Cascavel exerce sobre as demais comunas daquela região, realmente uma grande influência, e seria mesmo uma injustiça para com aquele povo progressista, para com aquela nova civilização, a demonstração do que é possível fazer num solo fértil como é o de Cascavel.

V. Exa. traz a esta Casa, para o conhecimento dos srs. parlamentares, representantes de outras regiões deste Estado, dados que comprovam a grandeza e a pujança dos municípios, sede da região Oeste paranaense. Na nossa solidariedade, vai a certeza de que os órgãos competentes haverão de dar guarida às reivindicações da população de Cascavel.

V. Exa., tenho a certeza, terá com este seu pronunciamento, fortalecida a reivindicação. Apenas para conhecimento da Casa, quero dizer que Pato Branco já levantou também os dados levantados em Cascavel, e o processo encontra-se hoje, em tramitação, e assim nós veremos, se Deus quiser, no ano de 71, mas duas cidades, Cascavel no Oeste, Pato Branco no Sudoeste, com algumas escolas de Ensino Superior, isso, e espera por esta realização. Eya o aparte.

O sr. ROBERTO WYPYCH — Agradeço o brilhante aparte do nobre deputado Ivo Tomazoni e agradeço agora o aparte ao deputado Olívio Gabardo.

O sr. Olívio Gabardo — Obrigado. Nobre deputado Roberto Wypych, quero congratulá-lo com V. Exa. pelo brilhante pronunciamento, porque realmente, educação, cultura e ensino, representam a maior aposta para qualquer nação desenvolvida. Nenhuma nação que se preza, nada fará senão através do ensino, da educação e da cultura. No entanto, são bastante va-

lidas as palavras de V. Exa. como representante da grande região desenvolvimento do Oeste paranaense que é Cascavel. Realmente, aquela região que vem se desenvolvendo em decorrência de uma imigração constante de vários povos do território brasileiro, vem experimentando, extraordinário desenvolvimento nos setores comercial, industrial e agrícola.

Mas a verdadeira integração dessa região só se fará através do ensino, da educação e da cultura. Dai porque dissermos ser válida a luta de V. Exa., merece ela também os nossos aplausos, homens da oposição. E como educadores que somos há muitos anos e sentindo o drama do homem brasileiro, do povo brasileiro que, após o término do seu curso secundário depara com o estreito canal que é a Universidade. Dai porque e, mais ainda, observando a interiorização do ensino e que me associe às expressões de V. Exa., reafirmando toda a minha solidariedade nesta luta que V. Exa. desenvolve no sentido de levar uma escola de Ensino Superior à grande região Oeste do Paraná, com sede em Cascavel, cidade que realmente é centro de realizações de uma notável região do nosso Estado.

O sr. ROBERTO WYPYCH — Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado Olívio Gabardo. Quero, nesta oportunidade, agradecer a V. Exa., deputado Olívio Gabardo, ao deputado Ivo Tomazoni e ao deputado Antônio Lopes Júnior, que nos honraram com os seus respectivos apartes, enriquecendo o pronunciamento, tão significativo que fazemos neste dia, desta tribuna, defendendo a posição da juventude oeste do Estado.

Como dizia, sr. Presidente, srs. Deputados, além do mérito desenvolvimentista, a criação e instalação de uma escola superior em Cascavel comprovava que o Governo do Estado tem por objetivo integrar o ensino do Oeste paranaense, já que Cascavel integra, e por várias razões, comanda uma grande área paranaense que precisa — e diga-se de passagem —, vem tendo do atual Governo um tratamento especial, em razão, como alguém já disse, de fermentos separatistas que foram muitas vezes lá espalhados sob o pretexto, de certa forma verdadeiro, se considerarmos administrações passadas, de falta de assistência governamental ao Oeste do Estado do Paraná.

A juventude regional do Oeste do Estado confia no atual Governo e confia também no Conselho Estadual de Ensino do Paraná, e dentro de poucos dias receberá um relatório minucioso das condições sócio-econômicas da região.

A certeza de que poderemos contar, já para o próximo ano, com uma Faculdade na nossa região Oeste do Paraná e que dessa criação dependerá, a criação de uma Universidade, constituirá desde agora um sólido e precioso fator de integração e de reconhecimento de toda a juventude oeste do Estado do Paraná.

Muito obrigado, sr. Presidente, srs. Deputados — (Sem revisão do orador).

O sr. PRESIDENTE — Cedeo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Roberto Galvani.

O sr. ROBERTO GALVANI — Senhor Presidente, senhores Deputados: (Lá).

"Não poderia deixar de repercutir nesta Casa declarações do sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, à imprensa do nosso Estado, sobre a redução das tarifas de energia elétrica para consumo industrial.

Trata-se de um dos fatos importantes para o desenvolvimento econômico do Paraná nos últimos dez anos, pois a oferta de energia abundante e barata é um dos fatores mais importantes para incentivar a industrialização e promover o desenvolvimento de um Estado.

Tanto mais importante se afigura e maior destaque merece a informação do prof. Pedro Parigot de Souza de que já se encontram em fase final os estudos sobre a matéria, quando sabemos da elevação anual dos custos de financiamentos internacionais, tão necessários para os investimentos indispensáveis à expansão das empresas de energia elétrica.

Nesse sentido, relembro as discussões da IVª Reunião da CIER — Alto Executivos de Integração Elétrica Regional, que agrupou todas as empresas de energia elétrica da América Latina, realizada em fins de 1969, diríamos que o financiamento de projetos setoriais de energia elétrica realizados pelo BIRD — Bco. Int. de Reconst. e Desenv. estavam sujeitos às seguintes taxas de juros, apenas para termos de comparação:

1950 — 4,25%; 1955 — 5%; 1958 — 5,75%; 1969 — 6,25% e 6,5%, já estando previsto para 1970 uma taxa de 7%, portanto bastante elevada para aplicação no setor de energia elétrica. A taxa do BIRD — Banco Interamericano de Desenvolvimento, subiu de 8% ao ano de 1966 para 8,2% em 1969, o mesmo acontecendo com outras empresas de financiamento internacionais, sendo que a média do aumento das taxas de juros foi de 30 a 40% no último quinquênio. Operados de outras despesas, os custos dos financiamentos no mercado internacional estão passando dos 10%, quando, segundo a legislação brasileira, o limite de remuneração do capital próprio e de terceiros para ser recuperado, por via da tarifa pelas empresas de energia elétrica, não pode exceder dos 10%.

Tal a nossa situação portanto quando vemos o professor Pedro Parigot de Souza anunciar a baixa dos custos das taxas de energia elétrica, quando paralelamente no mercado internacional as taxas de juros sobem anualmente.

Aliás, isto nos permite aquilatar o esforço do Governo do Estado do Paraná, através da COPEL, para chegar à meritória decisão — assim digamos — de reduzir as tarifas para fins industriais, quando se sabe que só para a implantação do Sistema de Distribuição de energia da usina Paranaíba do Acaray a empresa receberá um financiamento de US\$ 11 000 000,00.

E aqui temos o deputado Sílvio Barros, relator na Comissão de Finanças, do projeto que ontem transitava nesta Casa, quando a COPEL solicitava da Assembleia Legislativa autorização para receber importância que seria aplicada no desenvolvimento energético do Estado.

Medida de tal envergadura só poderia ser o resultado de uma eficiente gestão empresarial na direção daquela Sociedade de Economia Mista e o atestado da seriedade e da eficiência com que o Governo Paulo Pimentel encara os problemas tanto da administração direta, como da indireta. Outra afirmativa disto, além da ampliação do consumo e da rentabilidade alcançada nos sistemas operados pela COPEL, foi o aperfeiçoamento dos métodos operacionais da empresa, fator fundamental para a execução da medida anunciada.

Sem levar em conta os dados relativos aos empreendimentos da COPEL, que atestam o seu extraordinário crescimento nos quatro últimos anos, fixo-mo-nos no setor de operações.

Durante quatro anos em que trabalhei e vivi no setor de operações de energia elétrica do Estado do Paraná, o que de fato se fez no setor, de ope-



rações da COPEL, a realidade é algo de desvanecedor para os diretores e dirigentes daquela empresa. Apenas para conhecimento dos srs. Deputados, o índice de crescimento de consumo foi de 400% em 4 anos e isto é suficiente para demonstrar os benefícios que a empresa vem prestando ao progresso e desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Por outro lado, sr. Presidente, srs. Deputados, outros dados que também nos merecem respeito são os referentes à eletrificação rural que se implantou no Estado do Paraná. Graças a um projeto tecnicamente preparado e elaborado pela COPEL e pelo D.A.E.E., tornou-se referencial projeto um dos pioneiros da matéria de eletrificação rural no Brasil. Ainda recentemente, na Guanhara, destacava o papel de nosso Estado nesse setor de energia elétrica quando de uma reunião nacional, e tivemos a palavra amistosa do sr. Ministro das Minas e Energia ao trabalho da COPEL, realizado pelo confronto com empresas do porte da Cemig, de Minas e Energia, das Centrais Elétricas de São Paulo e outras grandes empresas dos demais Estados. Finalmente, merece destaque a notícia sobre a conclusão do grande sistema interligado de transmissão, aspiração do interior paranaense, principalmente do Sudoeste e Oeste que passará a interligar um sistema talvez único no Brasil, dentro de limites territoriais do Estado. Teremos atendidos com este sistema, receber energia de uma série de usinas geradoras situadas no Paraná e em outros Estados das regiões Centro-Sul, além do Paraguai, a totalidade das regiões em que se divide o Estado. É um legado que o atual Governo deixa para as gerações vindouras como base básica de qualquer programa de desenvolvimento integrado do nosso território como instrumento para os futuros administradores ampliarem e desenvolverem as grandes metas de industrialização diversificada para aproveitamento e valorização das nossas matérias-primas, em especial aquelas originárias das atividades primária da agricultura, da pecuária e da produção extrativa.

Srs. Deputados, a entrevista do Presidente da COPEL, relembrando uma série de fatos que já eram, em sua maioria, do conhecimento daqueles que acompanham o desenvolvimento do nosso Estado, veio mostrar numa visão panorâmica, que num setor tão importante como o da energia elétrica, o governador Paulo Pimentel excedeu o programa a que se propôs no início de seu Governo, definidos pelo objetivo geral de multiplicar as oportunidades de oferecimento, expansão e vigor da iniciativa privada nos setores industrial e de serviços e estender ao contingente majoritário da população localizada no setor agropecuario, os meios indispensáveis à garantia da sua produção e a melhoria das suas condições de vida. Eu, sr. Presidente, srs. Deputados, sou testemunha ocular disso, porque, no início do Governo Paulo Pimentel, tive a honra de ser diretor do D.A.E.E. e fui testemunha então, de que o governador Paulo Pimentel, já no primeiro trimestre de seu Governo, completou a meta a que se propôs. Era o que tinha a dizer.

O sr. Sílvio Barros — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Presidente, ao decorrer de sua brilhante oração colocava-me como o Deputado Relator do projeto que examinaremos, buscando recursos para o desenvolvimento da COPEL. Desejo dizer a V. Exa. que, perto da visão daqueles que buscam através da livre empresa, ampliarem o parque industrial brasileiro, aquele projeto ontem chegou às nossas mãos e, ontem mesmo, recebi o parecer favorável desse relator, e já se encontrava em condições de vir a este Plenário, dependendo tão somente de que seja solicitada inclusão na Ordem do Dia. Desejo ainda, nesta oportunidade dizer ao Ilustre Deputado que usou da palavra neste instante, que ainda esta semana verificamos balancete mensal de uma das firmas responsáveis pela refinação de oleoginosas no Norte do Paraná, precisamente em Maringá, e observei, com tristeza, que com um faturamento de 100 milhões de cruzeiros mensais, aquela firma pagou 15 milhões de cruzeiros de energia elétrica, o que representa 15% do total de faturamento em energia. E por uma mera observação, conclui-se e deduz-se daí que aquela empresa não terá oportunidade de ampliação bem como não terá possibilidade de sucesso expressivo em nosso Estado, de vez que o custo da energia elétrica é dos mais caros que temos oportunidade de verificar no Centro-Sul do País.

E espero, nobre deputado Roberto Galvani, que com essa probabilidade a mais, de 11 milhões de cruzeiros novos que a COPEL passa a receber, em poucos dias possamos efetivamente estabelecer um custo de Kwa hora para indústria, em termos especiais, para que tenhamos efetivamente esse horizonte aberto no Paraná, porque até o presente momento o horizonte existe como potencial, porém, não se torna atrativo para as grandes empresas de outros Estados que desejam vir para o Paraná, porque ao mais elementar dos exames as firmas concluem que não têm possibilidade em nosso Estado de pelo alto custo da energia elétrica.

Quando V. Exa. se referiu também à eletrificação rural, tenho acompanhado com bastante interesse esse plano, tenho acompanhado no Orçamento da União as verbas que têm destinadas à COPEL para implantação dessa eletrificação rural, porque o que se entende por eletrificação rural é a iluminação não somente de núcleos habitacionais, de pequena estrutura, que ficam como que satélites de municípios hoje abastecidos pela COPEL. Não tenho conhecimento de que a COPEL, pela esta data, projeto de energia elétrica ao alcance das propriedades rurais do Estado do Paraná. Sabendo que 70% das propriedades rurais do Paraná são minifúndios e poderiam transformar-se em grandes de alta produtividade se tivessem energia elétrica, pergunto a V. Exa. se agora, para este ano de 1970, contaríamos com o plano da COPEL de ligação energética das estradas rurais às propriedades rurais, servindo diretamente ao produtor paranaense.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desejo apenas responder, em parte, ao deputado Sílvio Barros. O município que represento nesta Casa, Nossa Senhora das Graças, já teve participação no plano de eletrificação rural, pois duas fazendas particulares já estão com suas ligações de energia elétrica prontas.

Era o aparte que gostaria de dar a V. Exa. como contribuição.

O sr. ROBERTO GALVANI — Nobre Deputado Sílvio Barros gostaria de responder nas sugestões de V. Exa. em partes.

Primeiramente, quando nos veio às mãos a Presidência da Comissão de Finanças, graças à gentileza dos nobres companheiros, nós designamos V. Exa. como Relator da matéria e sabíamos da urgência, da necessidade da tramitação daquela matéria.

Portanto, nobre Deputado, a ELETROBRAS que é o órgão interventivo na operação de crédito que a COPEL pretende realizar essa de 11 milhões de dólares — e aqui V. Exa. permite-me fazer uma correção em seu aparte, são 11 milhões de dólares e não de cruzeiros — que virão para um sistema interligado, que começa em Foz do Iguaçu, abrange o Sudoeste, todo o Oeste, passa por Cianorte, Umuarama, Maringá, vai até Paranavai e até a sub-estação de Alto Paraná.

Enfim, nobre Deputado, V. Exa. já ouviu da necessidade daqueles financiamentos que, embora o custo de taxas seja elevado, realmente, são necessários para o nosso Estado. E isto, praticamente, responde a segunda pergunta que V. Exa. fez.

Agora, quanto à implementação de indústrias no Norte do Paraná, e em especial à cidade que V. Exa. representa, bem como os nobres deputados Túlio Vargas e Jorge Sato, Maringá, pois a instalação de indústrias no eixo Maringá-Apucarana, sempre se viu prejudicada devido ao alto custo de energia naquela área, porquanto a energia elétrica já fornecida aos consumidores industriais e mesmo aos consumidores residenciais, é oriunda da Usina Elétrica do Paranapanema. Portanto, a COPEL comprando energia elétrica no grosso e revendendo-a aos consumidores da região Norte do Paraná, é evidente que esta tarifa de energia elétrica que é a única no Estado de São Paulo, seja acrescida com mais taxas e impostos aqui no Paraná, e mais com as despesas de transporte e distribuição de energia elétrica.

Assim veja V. Exa. da necessidade e do perfeito conhecimento que tem a Direção da COPEL, em procurar, inclusive, obtendo recursos externos para instalar usinas de grande porte no Estado do Paraná, interligando os sistemas do Norte, Oeste e Sudoeste. Essa interligação de sistemas proporcionará tarifas mais baratas, porquanto em vez de comprarmos energia elétrica da CHESP passaremos à condição de seus vendedores.

Portanto, se tivermos um sistema integral de energia dentro do Estado do Paraná, não teremos necessidade de comprarmos Kwa fora das fronteiras de nosso Estado, e é evidente que o custo da energia elétrica, principalmente da industrial será profundamente reduzido. Inclusive, é ideia da Direção da Empresa, tão logo se instalem sistemas de energia elétrica no Paraná com fonte de geração própria, se estabeleça uma tarifa única de energia elétrica para todo o Estado. Assim, o homem que pretenda instalar uma indústria em Maringá terá as mesmas condições que os que pretendam fazer o mesmo no Oeste, Sudoeste, ou na Capital do Paraná.

Em terceiro lugar, nobre Deputado, V. Exa. menciona a eletrificação rural.

Desejo, ao transcorrer do meu discurso, que a eletrificação rural em plena marcha no nosso Estado. Começou a dar os primeiros passos nesse exercício financeiro, porquanto, até meados deste ano, a COPEL já tinha interligado 270 sodes de municípios, faltando apenas 18 sodes de municípios a serem interligados.

A ideia de empresa, uma vez abastecida de energia elétrica as sodes de municípios e os principais distritos do Estado, é entrar, com toda a força, no setor de eletrificação rural.

Além dos exemplos citados pelo deputado Arthur de Souza, quero apontar outros exemplos. A eletrificação rural somente será feita através de Cooperativas Rurais que terão apoio da COPEL, do Governo do Estado, através do Departamento de Água e Energia Elétrica e do INDA.

O deputado Haroldo Bianchi instalou uma Cooperativa de Eletrificação Rural, em Jacarandá. Fez todos os trâmites legais para que ela entrasse em funcionamento, tendo sido inscritos 200 ou 300 agricultores, os quais serão atendidos com a energia elétrica. Em Arapoti, outro município que represento nesta Casa, também existe uma Cooperativa de Eletrificação Rural. Os resultados lá estão demonstrando que a união entre o povo do Paraná e o seu Governo só tem de trazer benefícios para o próprio povo.

O sr. Sílvio Barros — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Damos a impressão de que não estamos, muitas vezes, informados dos assuntos.

Quando recebi aquele projeto para relatar o que, como já anunciei, fiz com toda a brevidade, já tinha conhecimento do assunto. Sabia que os Estados Unidos da América do Norte, através de um Departamento Competente, houvera financiado uma fonte geradora de energia elétrica de alto valor, no Paraguai. Mas, sabia que o Paraguai ao produzir o projeto de consumo daquela energia não tinha condições de produzi-la e, bem, por isso, consequentemente, condições de reversão do capital.

Daí o entendimento entre o nível de homens da Estado da viabilidade do Paraná receber parte daquele financiamento, se comprometendo a consumir grande percentagem daquela produção energética. Para que o Paraná conseguisse aquela energia a COPEL, inteligentemente, através de sua Diretoria, solicitou onze milhões de dólares para interligar a sua rede de distribuição. De tal forma foi encaminhada aquela negociação, que nos hoje estamos apreciando, naturalmente, o Projeto de Lei que conclui, que concretiza e que cristaliza aquele entendimento.

Então, ao tomar conhecimento de tudo isso, mais ou menos dois meses atrás ou mais, ficamos de certa forma entusiasmados com a flexibilidade mental dos Diretores da COPEL, quando colocaram naturalmente uma reivindicação após a primeira que lhe foi feita, quer dizer, o Paraná consumiria energia, desde que a América do Norte nos concedesse um empréstimo em dólares, para a extensão das nossas linhas de distribuição bem postas, e concluída a operação, hoje, que estamos e estaremos a apreciar por este Plenário. De maneira que aparentemente é que nós não estamos assim, dando demonstração que já tenhamos vivido problema, mas simplesmente, que já conhecemos, tanto que oferecemos o nosso Parecer, sem pestanejar, sequer, e como já dissemos, procurando transmitir a aflição do povo paranaense também que está na expectativa de que todos os seus municípios estejam interligados.

Agora, não podemos é aceitar o esclarecimento trazido pelo Ilustre deputado Arthur de Souza, que nos cita duas fazendas. Dêmosmo inicialmente que 70% das propriedades agrícolas do Estado do Paraná são minifúndios, e o fazendeiro de grande porte evidentemente paga a extensão da sua linha quando tem, dentro da fazenda, dentro da sua propriedade, condições de industrializar os seus produtos, o que não ocorre com o pequeno proprietário que está na expectativa de que o Governo se lembre que ele, é um produtor em potencial, que poderá ser aprimorado se lá chegar a energia elétrica; como reclamamos também o kilowatt-hora para a indústria, porque Maringá, Ilustre Deputado, difere das outras cidades — Londrina, há 35 anos atrás (a COPEL ainda não existia) adquiriu a sua própria fonte geradora de energia, e hoje faz um abastecimento energético, na hora do "pic", injetando em suas linhas parte da energia da COPEL, e quando muito, ou quando nada, durante as 24 horas ela não consome nada a energia da COPEL — ela fornece também o que faz com que Londrina se apresente hoje como um município de melhores condições para o fomento de indústrias, porque pode oferecer energia elétrica mais barata, em decorrência desta facilidade. De Apucarana para trás não ocorre isso, porque a COPEL não se instalou no Paraná com a firma responsável e ao mesmo tempo concessionária para a geração-distribuição de energia; daí porque, passou a presidir então um novo entendimento, e daquela época para cá, as cidades que não tiveram a oportunidade de procederem as suas fontes geradoras,

estão na inteira dependência da COPEL, e, nós estamos, nesta oportunidade, é simplesmente não nos querendo deixar levar por toda esta manifestação de solidariedade e de certa forma de amplas perspectivas oferecidas pelo atual Governo, porque o potencial aí está, porém, não foi ele ainda democratizado, não está democratizado; o consumo da energia elétrica no Paraná está totalmente diversificado, prejudicando polos, cidades-polos e centros geoeconômicos de alta importância para o nosso Estado.

Para concluir, somente aguardamos de V. Exa., solicitando melhores informações sobre estas Cooperativas, porque temos imenso interesse em levar tais informações à nossa região e nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO GALVANI — Nobre deputado Silvio Barros, V. Exa. sempre avista que é um autodidata nas matérias que tem interesse, e sempre procura trabalhar com conhecimento.

Nobre Deputado, é evidente que não se pode realizar um programa integrado de energia elétrica, em apenas um período governamental. A Direção da COPEL, desde o início de suas atividades, estabeleceu um programa que chamaram de II Programa Estadual de Eletrificação, dentro dos quais foram dadas prioridades aos diferentes setores de energia elétrica:

Prioridade 1) — foi dada geração de energia elétrica, e V. Exa. bem disse que a COPEL, quando da instalação da Usina de Acaari, no Paraná, a Direção daquela Empresa agiu inteligentemente, porquanto, ao assumir o encargo de uma turbina de 40.000 kw da Usina, também exigiu da ELETROBRAS que, assumindo o encargo e o ônus da instalação daquela máquina na usina de Maringá, recebesse recursos para levar energia elétrica para a região que V. Exa. representa nesta Casa.

Segundo Plano — A COPEL tratou dos problemas da transmissão de energia elétrica de alto porte; todos os grandes sistemas-tronco da COPEL, terminam em Maringá e V. Exa. bem o sabe, a estação de Maringá foi elevada o seu potencial para 10 vezes, já prevendo o recebimento de energia elétrica não só da Chespar, mas de Capivari-Cachoeira, da Uelipa, do Sistema Interligado no Oeste e Sudeste através da Usina do Chopim e Acaari e também, nobre Deputado, da Usina situada em União da Vitória.

No terceiro plano, realizada a transmissão e instalação do equipamento, como já disse, as sedes municipais, a COPEL começou, neste exercício, a estabelecer um estudo para implantação da eletrificação rural em nosso Estado, procurando democratizar como V. Exa. disse, para que a energia elétrica não esteja ao alcance somente dos que moram nas sedes dos municípios, mas nas áreas produtoras de nosso Estado, e é isto que a COPEL pretende fazer neste exercício.

O SR. SILVIO BARROS — Se desejávamos que V. Exa. nos concedesse a oportunidade de voltarmos a debater o assunto, quando V. Exa. tratar os melhores esclarecimentos, para que possamos conhecer este sistema de co-geração que interessa sobremaneira.

O SR. ROBERTO GALVANI — Temos estudo sobre a eletrificação rural e teremos a maior satisfação de, na próxima oportunidade, colocá-lo nas mãos de V. Exa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o ilustre deputado Erondy Silveiro.

O SR. ERONDY SILVEIRO — Sr. Presidente, de acordo com a Resolução n. 14/69, a Hora do Expediente, cada ano, a 21 de abril, é destinada às comemorações do dia de Tiradentes; de acordo com o que dispõe a mesma Resolução, deverão as bancadas com assento nesta Casa, indicar oradores para fazer uso da palavra no dia 21 de abril. Nestas condições, a bancada da ARENA indica o nobre Deputado Antônio Lopes Júnior para representá-la na Hora do Expediente de terça-feira, dia 21 de abril, quando se comemora mais um aniversário da Inconfidência Mineira. Eram estas as declarações que tinha a fazer à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Esclareço ao ilustre Líder da ARENA que a Ordem do Dia, destinada às comemorações do Mártir da Independência, será realizada dia 20 de abril, segunda-feira.

O SR. ERONDY SILVEIRO — Agradeço o lembrete da Mesa, mas da mesma forma mantemos a indicação do nobre deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 33 srs. deputados.

A Mesa lembra aos srs. Deputados que a Sessão Ordinária de segunda-feira, dia 20, terá sua Hora do Expediente destinada à comemoração do dia consagrado a Tiradentes, o "Mártir da Independência". E o que dispõe a Resolução n. 14 de 21-6-69.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avisos distribuídos aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 148/69, autorizando o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Gráu Colegial na sede do Município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1971. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 148/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizando a criar uma Escola Normal de Gráu Colegial, na sede do Município de Japurá, para funcionar no ano letivo de 1971.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de Fevereiro de 1970.

aa) Ivo Torkelson — Presidente

Olívio Gabardo — Relator

2.º — do Projeto de Lei n. 108/69, de autoria do deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Japurá, uma Escola Normal de Gráu Colegial. — Pareceres favoráveis com substitutivo Geral da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado pelo substitutivo geral artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 104/69, de autoria do deputado Fuad Nacif, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Campo Novo, um Ginásio Estadual para funcionar em prédio já existente, a partir de 1970. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 104/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a criar, no Município de Campo Novo, um Ginásio Estadual, para funcionar em prédio já existente, a partir do ano de 1970.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1969.

(a) Fuad Nacif

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n. 104/69

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Fuad Nacif, é constitucional.

Dessa forma somos pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 16 de Setembro de 1969.

(a) Emílio Carazzini — Presidente

Abraão Miguel — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n. 104/69

1.) Pretende o nobre deputado Fuad Nacif, através do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Campo Novo, um Ginásio Estadual, para funcionar em prédio já existente, a partir do ano de 1970.

2.) Foi o mesmo devidamente examinado pela douda Comissão de Constituição e Justiça, da qual recebeu parecer favorável, conforme se denota as fls. 2.

3.) A justificativa do autor convence-nos plenamente, ficando demonstrada a oportunidade da proposição.

4.) Assim sendo, somos pela aprovação do projeto de lei em exame.

S.º O Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1969.

(aa) David Federmann, Presidente

Olívio Gabardo — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silveiro, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 34/70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Olívio Belich, constante do Expediente, solicitando voto de lóuvor e aplauso a Juíza Doutora Conchita Tonello e representante do Ministério Público Doutor Hélio Passos Santana. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Olívio Belich, constante do Expediente, solicitando voto de lóuvor e merecimentos aos doutores Eraldo Macedo, Gilberto Cescato de Moraes e diversos funcionários do Departamento Estadual da Criança. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Olívio Belich, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de sugestão-apêlo ao sr. presidente da "TELEPAR". — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 20 (vinte), segunda-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 281-69;

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 108-69;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 345-69;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 144-69;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 34-70;

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 123-69.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.ª LEGISLATURA

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e setenta, às quinze horas e trinta minutos, na sala das reuniões das Comissões, estiveram reunidos os membros da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, com a finalidade de instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Anotada e presença dos senhores deputados, Fabiano Braga Cortes, Luiz Renato Malucelli, Agnaldo Pereira Lima, Igo Iwant Lasso, e Nelson Buffara. A reunião foi presidida na forma regimental pelo senhor Deputado Nelson Buffara que, após constatar a presença da totalidade dos membros anunciou-se a realização da eleição. Procedida a eleição, verificaram-se os votos unânimes para o senhor deputado Igo Iwant Lasso e Agnaldo Pereira Lima, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. O senhor Deputado Igo Iwant Lasso, agradecendo a confiança em si depositada, tomando posse definitivamente no cargo para o qual foi eleito, determinou que as reuniões da Comissão sejam realizadas quando da existência de matéria, após o término da Sessão Plenária, na oportunidade convidou o funcionário Ivo Gusso, para exercer as funções de secretário da mesma. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, é por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos de Lei.

aa) Igo Iwant Lasso — Presidente

Agnaldo P. Lima — Vice-Presidente

Luiz Renato Malucelli

Fabiano B. Cortes

Nelson Buffara

Ivo Gusso — Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e setenta, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, para a finalidade de ser procedida a eleição do Presidente e Vice-Presidente e consequente instalação. Presidida na forma Regimental pelo senhor Deputado Olavo Ferreira, estando presentes os senhores Deputados, Olavo Ferreira, Roberto Wypych, Luiz Renato Malucelli e Silvio Barros. Havendo número legal o senhor Presidente declarou instalada a Comissão, e convidou os senhores membros a procederem a escolha do Presidente e Vice-Presidente. Por unanimidade foram eleitos, Presidente o senhor Deputado Olavo Ferreira e para Vice-Presidente o senhor Deputado Alencar Furtado, respectivamente. A seguir o Presidente eleito agradeceu a confiança



pele depositada pelos senhores Deputados componentes da Comissão. Dizendo que tudo faria pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão. Como mais ninguém quisesse fazer uso da palavra, ficou deliberado que as reuniões seguintes realizadas quando houver matéria, após as reuniões plenárias. A seguir o senhor Presidente designou o funcionário Ney Rodrigues, para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar, ficou encerrada a presente reunião da qual eu Ney Rodrigues, secretário lavrei a presente Ata que lida e achada conforme é por mim assinada e pelo senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) Olavo Ferreira — Presidente  
Ney Rodrigues — Secretário  
Roberto Wypych  
Luiz Renato Malucelli  
Sílvio Barros

# COMISSÃO DE FINANÇAS

## 6.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, contando com as presenças dos senhores deputados: Seme Scaff, Roberto Galvani e João Mansur. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 776-63 — de autoria do senhor deputado Olívio Belich, que cria um Ginásio Estadual na sede do município de Balsa Nova, abrindo crédito de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros antigos), para as despesas de instalação do mesmo. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 345-68 — de autoria do senhor deputado Sílvio Barros, que dá nova redação à Lei n. 13-56, de 30 de dezembro de 1966, Relator deputado Seme Scaff. Parecer contrário. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 139-60 — de autoria do senhor deputado Emílio Cerazal, que autoriza o P. E., criar na sede do município de Pérola, uma Escola Normal Secundária. Relator deputado Eurico B. Rosas. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 149-69 — de autoria do senhor deputado Ovídio Franzoni, que autoriza o P. E., criar na sede do município de Nova Olímpia, um estabelecimento de ensino de grau médio, de primeiro ciclo, para funcionar a partir do ano letivo de 1.970. Relator deputado Seme Scaff. Parecer favorável com substitutivo. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 185-69 — de autoria do senhor deputado Jorge Sato, que autoriza o P. E., criar na sede do município de Paranapoema, um estabelecimento de ensino ginásial com a denominação de "Ginásio Estadual D. Pedro II", para funcionar inicialmente no Edifício do Grupo Escolar, a partir do próximo ano letivo. Relator deputado Ernesto Moro. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 227-69 — de autoria do senhor deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o P. E., a instalar no município de Jacarézinho um Corpo de Bombeiros e Serviço de Prevenção contra Incêndios, em convênio com a Prefeitura Municipal. Relator deputado Olívio Belich. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 241-69 — de autoria do senhor deputado Ivo Thomazoni, que dá nova redação ao artigo 2.º da Lei n. 6014, de 29 de setembro de 1969. Relator deputado Ernesto Moro. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 249-69 — de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, que cria uma circunscrição de trânsito, com sede em Assaí, abrangendo os municípios de Jataizinho, Nova América da Colina, Nova Fátima, São Sebastião de Amoreira, Santa Cecília do Pavão, S. Jerônimo da Serra, Santo Antônio do Paraito, Congonhinhas, Sappema e Curitiba. Relator deputado João Mansur. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 260-69 — de autoria do senhor deputado Ernesto Moro, que autoriza o P. E., a conceder pensão mensal de NCr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos), a Maria Seralina Fernandes, viúva de Leônido Fernandes. Relator deputado João Mansur. Parecer favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 287-69 — de autoria do senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que autoriza o P. E., a conceder a Elza Posselt, pensão mensal de NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos). Relator deputado João Mansur. Parecer favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente  
Lélio G. Sotto Maior — Secretário

# COMISSÃO DE FINANÇAS

## 6.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomet e contando com as presenças dos senhores deputados Olívio Belich, Roberto Galvani e Eurico Batista Rosas. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 16-70 — de autoria do Governo do Estado — Mensagem Governamental n. 3-70, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para obter empréstimos externos para obras rodoviárias estaduais do Plano Diretor, para o decênio 1966-1976. Relator senhor deputado Roberto Galvani, parecer favorável com emenda. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encorreu a reunião da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente  
Lélio G. Sotto Maior — Secretário

# COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

## ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

Aos vinte dias do mês de novembro de hum mil novecentos e sessenta e nove, com a presença dos senhores Deputados Ovídio Franzoni, Eurico Batista Rosas e Amadeu Puppi, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, verificando a existência de número legal, o senhor Presidente iniciou a sessão, colocando em votação a Ata da sessão anterior, que foi posteriormente aprovada sem alterações, e

como nada constasse da Hora do Expediente, imediatamente passou-se à Ordem do Dia, constando da mesma o Projeto de Lei n. 386-68, de autoria do Deputado Sílvio de Barros, que autoriza o Poder Executivo doar uma ambulância pertencente à Secretaria de Saúde Pública, à Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Funcionários Públicos de Maringá — C.A.P.S.E.M.A., e dá outras providências. Relator: Deputado Eurico Batista Rosas. Parecer pela aprovação. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Lóris Cordeiro de Barros, secretário, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme é por mim e pelo senhor Presidente assinada para que produza os efeitos de lei.

(aa) Ovídio Franzoni — Presidente  
Lóris Cordeiro de Barros — Secretário

# PORTARIAS:

## PORTARIA N. 196/70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

# RESOLVE:

constituir uma comissão composta dos funcionários estáveis Esverben Guimarães Plaisant, ocupante do cargo de nível PL "22", de Auxiliar Técnico, Amadeu Zonatto, ocupante do cargo de nível PL "14", Oficial Administrativo, Orlando Moro, ocupante do cargo de nível PL "19", de Auxiliar de Comissão, para, sob a presidência do primeiro, apreciarem a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral e efetuarem o julgamento de tomada de preço a que se refere o Edital n. 1/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de abril de 1970.

Flodaldo Trindade  
Diretor Geral

## PORTARIA N. 197/70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1683, de 8 de abril de 1970, deste Poder,

# RESOLVE:

lotar Celso Araújo Junior, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, no Serviço de Assistência Social, a partir de 13 de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de abril de 1970.

a) Flodaldo Trindade  
Diretor Geral

## PORTARIA N. 198/70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1661, de 7 de abril de 1970, deste Poder,

# RESOLVE:

conceder a Arlete Belmont Zeballos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 18 de março de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1970.

Flodaldo Trindade  
Diretor Geral

## PORTARIA N. 199/70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1765, de 10 de abril de 1970, deste Poder,

# RESOLVE:

conceder a Cesar Augusto Agostini Pinto Nunes, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 15 de abril de 1.970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1970.

a) Flodaldo Trindade  
Diretor Geral

## PORTARIA N.º 200/70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1250-70, de 17 de março de 1970, deste Poder,

# RESOLVE:

prorrogar por trinta (30) dias o prazo para o término do processo a que se refere a Portaria n.º 464-69 de 5 de novembro de 1.969.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de abril de 1970.

a) Flodaldo Trindade — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 201-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1344, de 15 de abril de 1970, deste Poder,

# RESOLVE:

designar o funcionário José Renato Duarte, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico nível PL-22, do Quadro de Pessoal desta Casa, lotado no Gabinete de Assistência Técnica, para, na qualidade de Engenheiro Agrônomo, assessorar a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio no que diz respeito a estudos que possibilitem a proposição de medidas visando o melhor aproveitamento das reservas biológicas do Estado, utilização de fertilizantes e defensivos e outras matérias à sua especialidade.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de abril de 1970.

a) Flodaldo Trindade — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 202-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1707 de 13 de abril de 1.970, deste Poder

# RESOLVE:

conceder a Sérgio Valério Antunício, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 14 de abril de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de abril de 1970.

a) Flodaldo Trindade — Diretor Geral